

Fonte: Estado de Minas

Data: 05/03/2020

Link: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/05/interna_gerais,1126566/professores-decidem-manter-greve-da-rede-estadual-em-minas.shtml

Professores decidem manter greve da rede estadual em Minas

Categoria convocou assembleia na tarde desta quinta-feira (5) e optou pela manutenção da paralisação iniciada em fevereiro. Ato unificado com as redes municipais de Betim e BH protestou a favor do pagamento do piso salarial nacional



Em assembleia, categoria estadual deliberou pela continuidade da greve(foto: Ísis Medeiros/Sind-UTE)

Professores da rede estadual de Minas Gerais decidiram, em **assembleia** realizada na tarde desta quinta-feira (5), continuar em greve. A categoria tomou a decisão na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde líderes sindicais se reuniram com representantes do governo estadual para tentar costurar um pacto em prol do **reajuste salarial**. Contudo, segundo o **Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG)**, **não houve acordo** entre as partes.

O sindicato pede que o governador sancione o Projeto de Lei 1.451/2020 e a emenda 2/2020, que garante **isonomia salarial ao funcionalismo** e o pagamento do piso salarial nacional aos educadores. Em caso de sanção, os servidores recebiam um **aumento de 41,7%**.

O texto, elaborado pelo governador Romeu Zema (Novo), foi enviado à Assembleia em 6 de fevereiro e aprovado em 19 do mesmo mês e previa aumento escalonado **apenas para os servidores da segurança pública**. Contudo, a emenda 2/2020 também **estendeu** o reajuste às outras categorias.

“Tivemos uma reunião com o governo, mas ela não trouxe para nós os objetivos que esperávamos. Fomos com toda disposição para reunir e negociar, mas infelizmente a representação do governo do estado não foi com esse mesmo espírito para o encontro, que **terminou sem acordo algum**. Temos nova assembleia no dia 12 e, por enquanto, **não há nova agenda com o Executivo**”, explica a coordenadora-geral **do Sind-UTE/MG**, Denise Romano.

Em nota, a Secretaria de Estado de Educação informou que os secretários Estado de Planejamento e Gestão, de Fazenda e de Educação disseram ao **Sind-UTE** na reunião que o Executivo **“ainda realiza análise”** da emenda.

A Educação também reafirmou “que **respeita o direito constitucional de greve**” e reiterou “que tem mantido um diálogo franco e aberto com representantes sindicais”.

A Secretaria de Planejamento e Gestão “ressalta que vem recebendo e **dialogando com representantes dos sindicatos** de todas as categorias”. O governo do estado também ressaltou que “**70% dos servidores da Educação receberam o 13º salário integral**”. O restante depende da operação financeira com nióbio.

Ato unificado



Ato unificado dos professores terminou na Praça Sete, no início da noite desta quinta-feira (5)(foto: Gabriel Ronan/EM/D.A Press)

Durante a tarde, a rede estadual de educação se uniu às redes municipais de Betim e BH para **manifestar** em prol dos reajustes a favor da educação. O ato aconteceu no Centro de BH. O **movimento** começou na Assembleia Legislativa, no Bairro Santo Agostinho (Centro-Sul), e seguiu até a Praça Sete.

O protesto **dispersou** por volta das 18h. No caminhão cedido pela Central Única dos Trabalhadores, sindicalistas gritavam **palavras de ordem** contra Romeu Zema e Alexandre Kalil (PSD).

Segundo a coordenadora-geral do **Sind-UTE/MG**, Denise Romano, além de BH e Betim, a **rede municipal de Esmeraldas**, na Grande BH, também deve entrar em greve nos próximos dias.

Belo Horizonte

Na capital mineira, o impasse da categoria com a prefeitura gira em torno do **pagamento do piso salarial nacional e da manutenção da carreira dos professores**, que, segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte (Sind-Rede/BH), pode ser **precarizada** por causa de projetos de lei enviados pelo Executivo municipal à Câmara.

A prefeitura sustenta que **paga além do piso salarial** e que houve **quebra de acordo** do Sind-Rede/BH. Conforme documentos do ano passado apresentados pelo Executivo municipal, o sindicato se comprometeu a não realizar greves neste ano, quando a PBH concedeu **reajuste de aproximadamente 7%** à categoria, escalonado em duas vezes.

Para os professores, no entanto, **não houve quebra de acordo**, já que os projetos de lei criticados pela categoria não tramitavam no ano passado.

Certo é que a prefeitura julga a **greve como “ilegal”** e levou a questão para a Justiça, que acatou a liminar e suspendeu a paralisação na quarta-feira.

O sindicato, no entanto, **recomendou** que os professores não voltassem para sala de aula e está sujeito ao **pagamento de multa de R\$ 1 mil** por dia devido à desobediência da decisão judicial.

Betim

Dura quase um mês a paralisação dos professores em Betim, na Grande BH. Professores cobram **reajustes para a categoria**, inclusive para as agentes de serviço escolar.

De acordo com Luiz Fernando de Souza Oliveira, coordenador da subsede Betim do **Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE)**, a cidade tem uma das maiores **arrecadações** da Grande BH, mas os servidores continuam recebendo pouco.

“Ganhamos salários mais baixos que profissionais de cidades menores da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como Mário Campos, Esmeraldas e Igarapé. O alfabetizador **ganha R\$ 1.378,51** em Betim, mas o piso nacional é de R\$ 2.816,24”, afirmou Luiz Fernando Oliveira ao **Estado de Minas** em fevereiro.

Quanto aos agentes de serviço escolar, o sindicato informa que esses profissionais **ganham menos que o salário-mínimo** vigente: R\$ 741,78 contra R\$ 1.045, uma diferença superior a R\$ 300.

Outra cobrança diz respeito ao que o sindicato chama de **“falta de diálogo da prefeitura”**, que ainda não sentou com a categoria para discutir as demandas ainda não atendidas.

A Secretaria Municipal de Educação de Betim tem informado que **nenhum servidor do município de Betim recebe menos que o salário-mínimo nacional**. A prefeitura também esclarece que anunciou um **aumento de 5%** nos vencimentos de todas as categorias, incluindo aposentados e pensionistas no início de fevereiro.

Quanto ao salário dos servidores da educação infantil, que segundo o **Sind-UTE** está abaixo do piso nacional, a prefeitura ressalta que **garantiu aumento salarial gradativo** a esses professores.

Com isso, conforme a nota do Executivo municipal, os **vencimentos** atingiriam o nível solicitado pela categoria ainda neste ano.

A administração municipal tem informado, ainda, que “reafirma sua disposição em manter o diálogo constante com os professores”, a partir de uma reunião semanal que compreende uma “agenda de negociação e planejamento junto aos técnicos e gestores da Secretaria de Educação”.